



**ESTADO DO CEARÁ**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA**  
**GABINETE DA CORREGEDORA**

**Processo nº 8500550-70.2023.8.06.0026**

**Classe:** Pedido de Providências

**Assunto:** Possibilidade de uso predatório da jurisdição

**Interessado:** Juízo de Direito da 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza

**DECISÃO/OFÍCIO CIRCULAR Nº 88/2023-CGJUCGJ**

Trata-se de pedido de providências advindo do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Canindé/CE, por meio do Ofício nº 984/2023 (p. 03), no qual comunica a esta Casa Censora acerca da decisão interlocutória de fls. 59/60 dos autos de nº 0203172-18.2023.8.06.0001, de forma a dar ciência ao NUMOPEDE sobre o ajuizamento de várias demandas semelhantes pela mesma parte autora, com potencial de configurar litigância predatória.

Após o encaminhamento dos autos à Gerência de Correição e Apoio às Unidades Judiciárias, na qual, apresentou a Informação nº 16/2023 - NUMOPEDE/CGJ/CE, foi emitido o Parecer nº 579/2023 do Juiz Corregedor Auxiliar Dra. Giancarlo Antoniazzi Achutti, às (pp.15/17), nos seguintes termos:

“[...]”

Trata-se de comunicação encaminhada pela 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, por meio do Ofício nº 984/2023-0203172-18/SEJUD/DCR (pág. 03), objetivando dar ciência ao NUMOPEDE da Decisão Interlocutória de págs. 59/60, nos autos do Processo nº 0203172-18.2023.8.06.0001, acerca do ajuizamento de várias demandas pela mesma parte autora, Sr. José Airton da Silva Jr., representada por Thais Angeloni Sociedade Individual de Advocacia (OAB/CE nº 25.695), em face da mesma instituição financeira (Banco Bradesco), com potencial de configurar uso predatório da jurisdição.

Encaminhados os autos à Gerência de Correição e Apoio às Unidades Judiciárias - GCAUJ, foi apresentada Informação nº 16/2023 – NUMOPEDE/CGJCE, nos termos a seguir reduzidos:

“[...] Nestes termos, conforme se verifica às pp. 04/05, o requerente ajuizou, em face do Banco Bradesco, outras 4 (quatro) ações, uma para cada contrato que pretendeu discutir, abaixo listadas:

| Vara           | Protocolo  | Nº do Processo                | Contrato  |
|----------------|------------|-------------------------------|---|
| 13ª Vara Cível | 18/01/2023 | 0203171-<br>33.2023.8.06.0001 | 328951650, data 07/07/2017,<br>parcelas de R\$ 1.651,22     |
| 35ª Vara Cível | 18/01/2023 | 0203168-<br>78.2023.8.06.0001 | 308001253, data 08/07/2016, 72<br>parcelas de R\$ 236,46    |
| 25ª Vara Cível | 18/01/2023 | 0203166-<br>11.2023.8.06.0001 | 296458309, data 16/12/2015, 72<br>parcelas R\$ 1.651,31     |
| 18ª Vara Cível | 18/01/2023 | 0203173-<br>03.2023.8.06.0001 | 362509318, data 08/02/2019, 72<br>parcelas de R\$ 1.505,91; |

Por conseguinte, face o teor da decisão interlocutória em questão, esta Gerência realizou pesquisa junto ao SAJ – 1º Grau, oportunidade em que obteve relatório analítico (em anexo) com dados dos 154 processos ajuizados, nesta comarca, por Thais Angeloni Sociedade Individual de Advocacia, obedecendo os parâmetros de classe, unidade, polo ativo, polo passivo e situação. Prestadas as informações de estilo, encaminhamos os autos à apreciação dos Juízes Corregedores Auxiliares, com atuação no NUMOPEDE, para análise e deliberação ou determinação quanto à necessidade de inclusão em pauta de reunião a ser designada pela Diretoria-Geral desta Casa Censora. É o que nos cumpre informar.”

É breve o relatório.

Consoante relatório acima, o juízo da 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE comunica indícios de uso predatório da Jurisdição por José Airton da Silva Jr., representado por Thais Angeloni Sociedade Individual de Advocacia (OAB/CE nº 25695).

Acerca do assunto, esta Casa Censora através do Núcleo de Monitoramento de Perfis de Demanda (NUMOPEDE) expediu a Recomendação nº 01/2019/NUMOPEDE/CGJCE, posteriormente atualizada pela Recomendação nº 01/2021/NUMOPEDE/CGJCE, aos magistrados deste Tribunal de Justiça.

Em análise ao anexo da Informação prestada pela GCAUJ, observa-se que a referida causídica tem atuação, no tocante às Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza/CE, notadamente em demandas na sua maioria em face de instituições financeiras.

Extraí-se da comunicação encaminhada pela 17ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, às págs. 2/5, que foi determinada a expedição de ofício aos juízos da 13ª, 18ª, 25ª e 35ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza/CE.

Desse modo, diante das informações prestadas acerca da possível existência de uso predatório da jurisdição, sugiro expedição de ofício dando ciência de tais fatos as demais Vara Cíveis da Comarca de Fortaleza/CE.

Empós, sugere-se o arquivamento deste procedimento, com fundamento no art. 91, do Regimento Interno desta Casa, tendo em vista o alcance da sua finalidade.

À consideração superior.”

Isso posto, **acolho** o Parecer supra, cujas fundamentações incorporo, por motivação aliunde (artigo 50, § 1, da Lei nº 9.784/1999), ao decisório, o que se reveste de legitimidade jurídico-constitucional, nos termos do artigo 93, IX, da Constituição Federal (STF. AgReg no RE 790.913 DF, Rel. Min. Celso de Mello, j. 10/03/2015), ao passo que **determino** a expedição de ofício às Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza dando ciência de tais fatos.

Cópia desta decisão servirá de ofício.

Empós, **arquivem-se** os presentes autos.

Expedientes necessários.

À Gerência Administrativa para providências.

**DESEMBARGADORA MARIA EDNA MARTINS**  
Corregedora-Geral da Justiça